COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI N.º 5.596, DE 2013 (Apenso PL nº 5.806/13)

Proíbe o uso de aplicativos e redes sociais na internet para alertar motoristas sobre a ocorrência de blitz de trânsito.

VOTO EM SEPARADO DA DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO

O mundo moderno tem apresentado inúmeras soluções tecnológicas que, além de facilitar a vida dos cidadãos, têm também o condão de aproximar as pessoas. Os milhares de aplicativos disponibilizados na internet são exemplos de facilitadores e agentes de melhoria de qualidade de vida. Muitos exemplos poderiam ser citados neste Voto, como aqueles que facilitam a atualização da agenda telefônica de nossos celulares quando as prestadoras de telecomunicações introduzem um nono dígito nos telefones de nossos amigos.

Este Congresso Nacional já tem experiência suficiente para compreender que nenhuma legislação pode querer impedir o legítimo avanço tecnológico, principalmente aquele que vai ao encontro dos anseios de nossa população. Não é por lei que se impede as pessoas de se comunicarem, e não é por lei que moldamos os relacionamentos sociais que as pessoas criam entre si.

Os Projetos de Lei nº 5.596, de 2013, e nº 5.806, de 2013, infelizmente vão no sentido contrário dos legítimos direitos das pessoas em estabelecer comunicação. Tentam censurar as conversas das pessoas, agora por meio digital. Vejam bem, Senhoras e Senhores Deputados, o absurdo que se propõe: impede-se o uso de aplicativos que servem para inúmeros fins, simplesmente porque poderiam ser utilizados para alertar outras pessoas sobre a existência de uma blitz de trânsito. Mata-se a mosca com um tiro de bazuca. Estes aplicativos permitem informar sobre condições de trânsito, sobre acidentes, sobre condições das vias, sobre tempo estimado para se alcançar o destino. Tudo isto será ceifado dos cidadãos brasileiros, porque o legislador identificou um eventual mau uso de um aplicativo.

Ademais, quem garante que o motorista que viu a blitz não vá ligar para os amigos que estavam com ele no bar? Ou mesmo utilizar sua lista de distribuição e mandar um “whatsapp” avisando todos os seus amigos? Parece-nos claro que os objetivos não serão atingidos e os cidadãos de bem ficarão sem importante instrumento que facilita sua locomoção pelas já muito engarrafadas cidades brasileiras.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realizou Audiência Pública no dia 7 de junho de 2016 para discutir o tema e restou inequívoco o entendimento, inclusive a partir das intervenções dos especialistas, que a limitação de acesso às novas tecnologias não trará efetividade na diminuição de acidentes de trânsito, do consumo de álcool, entre outros males que afligem a sociedade brasileira.

Precisamos, sim, de melhorar a educação de nosso povo. Precisamos, sim, acabar com a “indústria das multas”. Precisamos, sim, de incentivar cada vez mais a comunicação e a integração de todas as pessoas, sem qualquer tipo de censura.

Por fim, permitam-me afirmar, Senhoras e Senhores Deputados, que cobrar uma multa de cinquenta mil reais de um cidadão que traz um aplicativo, que pode estar sendo usado somente para o bem, por supor que ele está passando informações de blitz de trânsito, como propõe o projeto em debate, é de uma falta de sensibilidade absurda. E, da mesma forma, cobrar cinquenta mil reais de quem supostamente contribuiu para a divulgação do local da blitz é igualmente desproporcional.

Não queremos voltar ao passado. Precisamos de mais cidadania, precisamos de mais comunicação e de menos censura.

Neste sentido, votamos pela REJEIÇÃO dos Projetos de Lei nº 5.596, de 2013, e nº 5.806, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada MARGARIDA SALOMÃO